

Parlamentar pode perder aumento salarial de 60%

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e o do Senado, Humberto Lucena, têm até o dia 20 de janeiro para decidir se os parlamentares receberão o aumento de 60% concedido aos funcionários públicos a partir de janeiro. O aumento beneficia automaticamente deputados e senadores, mas muitos deles já solicitaram a Ulysses e Lucena que baixem um ato conjunto vedando o aumento dos parlamentares. Ulysses diz que está analisando o problema e pediu à administração da Câmara que aguarde até o dia 20 de janeiro, quando ele e Lucena darão uma resposta, para preparar os contra-cheques dos deputados.

Os deputados de esquerda, considerando o aumento um absurdo, estão dispostos a abrir mão do reajuste de 60% a partir de janeiro. Um assessor do Departamento Financeiro da Câmara dos Deputados afirma que a decisão de alguns deputados de não receberem o aumento irá criar uma série de transtornos, contrariando o que está disposto na Constituição.

Disparidade

Segundo a Constituição, os parlamentares devem ter os seus salários reajustados na mesma data e índice do funcionalismo público, o que significa que se o aumento for bloqueado, estará infringindo a Carta. Outro problema delicado que a ausência deste aumento poderá causar, segundo o assessor da Câmara, é que os ministros do Poder Judiciário e do Executivo terão o aumento em janeiro, o que determinará grande diferença entre os salários de um ministro do Supremo, por exemplo, e um deputado.



Ulysses e Humberto Lucena terão até dia 20 para dar uma resposta sobre o bloqueio salarial

Com o aumento de 60%, um ministro do Supremo passará a ganhar cerca de Cz\$ 7,5 milhões janeiro, enquanto que um deputado receberá Cz\$ 6 bilhões caso não incida o aumento sobre o seu salário. Com o bloqueio do aumento para os parlamentares, haverá disparidade de salário entre o Legislativo e o Judiciário e a Constituição determina a isonomia de vencimentos para os três poderes da

União.

Adelmar Sabino, diretor-geral da Câmara dos Deputados, diz que, caso as presidências da Câmara e do Senado decidam aplicar o aumento de 60% e as lideranças aprovem em fevereiro, um decreto legislativo impedindo o pagamento deste aumento aos parlamentares, a Câmara deverá votar um mecanismo para a devolução do dinheiro recebido a mais em janeiro.

Josemar Gonçalves